

ISSN 1807-3395

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

v. 21 – n. 124
fevereiro/abril 2025

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Supremo Tribunal Federal – nº 38/2007
Superior Tribunal de Justiça – nº 58/2006

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenadores

Carlos Eduardo Adriano Japiassú – Oswaldo Henrique Duck Marques
Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado

Conselho Editorial

Alice Bianchini – André Vinícius Espírito Santo de Almeida – Aury Lopes Júnior
Carlos Ernani Constantino – Carolina Alves de Souza Lima – Celso de Magalhães Pinto
César Barros Leal – Cesar Luiz de Oliveira Janoti – Cezar Roberto Bitencourt
Claudio Brandão – Édson Luís Baldan – Eduardo Saad Diniz – Elias Mattar Assad
Eloisa de Souza Arruda – Ester Kosovski – Eugenio Raúl Zaffaroni (Argentina)
Fernando Capez – Fernando da Costa Tourinho Filho – Fernando de Almeida Pedroso
Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso – Gisele Mendes de Carvalho
Guilherme de Souza Nucci – Gustavo Octaviano Diniz Junqueira
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – João Mestieri – José Carlos Teixeira Giorgis
Luciano de Freitas Santoro – Luiz Flávio Borges D'Urso
Marco Antonio Marques da Silva – Marcus Alan de Melo Gomes – Michele Cia
Nadia Espina (Argentina) – Orlando Faccini Neto – Oswaldo Giacoia Júnior
Paulo Henrique Aranda Fuller – Raúl Cervini – Renato Marcão
Rômulo de Andrade Moreira – Ryanna Pala Veras – Sergio Demoro Hamilton
Tiago Caruso Torres – Umberto Luiz Borges D'Urso

Colaboradores deste Volume

Alessa Sanny Lima Pereira – Anne Carolline Wilians Viera Rodrigues
Antonio Henrique Graciano Suxberger – Camilo Alberto Quintero Jiménez
Carolina Alves de Souza Lima – Cesar Luiz de Oliveira Janoti
Izabela Maria Thomaz Storel – Luíza Nogueira Franco Carvalho Lima
Matheus Barbosa Melo – Motauri Ciocchetti de Souza – Renee do Ó Souza
Sílvia Beatriz Geisler Tramuja – Thiago Buschinelli Sorrentino
Vinícius Almeida Bertaia – William Ruiz Patrício de Lima

Sumário

Doutrina

1. Cultura Aversa à Legalidade: Origens Históricas e Impacto na Atualidade
Carolina Alves de Souza Lima, Anne Carolline Wilians Viera Rodrigues e William Ruiz Patrício de Lima 7
2. Justiça Penal Consensual no Brasil: Evolução, Perspectivas e Desafios
Renee do Ó Souza e Antonio Henrique Graciano Suxberger..... 16
3. Como o Estado Social se Concretiza na Esfera Penal: Deveres do Legislador e do Intérprete na Proteção dos Direitos das Mulheres
Motauri Ciocchetti de Souza e Luíza Nogueira Franco Carvalho Lima..... 39
4. O Efeito Penal do Reconhecimento Judicial da Extinção do Crédito Tributário pela Decadência na Persecução Penal dos Crimes Tributários
Alessa Sanny Lima Pereira, Matheus Barbosa Melo e Izabela Maria Thomaz Strel ... 54
5. O Estrangeiro Camusiano Perante a Ordem Tributária: entre a Indiferença da Norma Penal e a Consolidação do Absurdo no Concurso de Crimes e na Continuidade Delitiva
Thiago Buschinelli Sorrentino e Cesar Luiz de Oliveira Janoti..... 70
6. Transplante da Teoria da Perda de uma Chance ao Processo Penal: uma Análise Crítica à Luz da Concepção Racionalista da Prova
Vinícius Almeida Bertaia 102
7. Uma Análise Econômica do Acordo de Não Persecução Penal: a Expansão da Justiça Penal Consensual Enquanto Resposta Eficiente à Crise da Justiça Criminal
Silvia Beatriz Geisler Tramujas 122

Doutrina Estrangeira

1. Validez, Vigencia, Justicia, Efectividad y Garantías en Ferrajoli. Un Marco Conceptual para Realizar Investigaciones Integrativas en Derecho Procesal Penal Aplicado al Caso del Control Judicial de los Preacuerdos en Colombia
Camilo Alberto Quintero Jiménez..... 136

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Legislação Especial. Paciente Condenado pela Prática do Crime de Tráfico Ilícito de Drogas. Pedido de Incidência da Causa Especial de Redução de Pena do § 4º do Art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Fixação de Regime Prisional Aberto. Substituição da Reprimenda Corporal por Sanções Restritivas de Direitos. *Habeas Corpus* Impetrado Contra Decisão Monocrática de Ministro do Superior

Tribunal de Justiça – STJ. Supressão de Instância. Sucedâneo de Revisão Criminal. Impossibilidade no Caso. Agravo ao qual se Nega Provimento <i>Rel. Min. Cristiano Zanin</i>	158
2. Superior Tribunal de Justiça – Acordo de Não Persecução Penal em Ação Penal Privada. Analogia. Cabimento. Legitimidade Supletiva do Ministério Público. Recurso Improvido <i>Rel. Min. Joel Ilan Paciornik</i>	164
3. Superior Tribunal de Justiça – Crime de Falso Testemunho (Art. 342 do Código Penal). Parentesco por Afinidade. Cunhada do Réu. Qualidade de Informante. Inaplicabilidade do Compromisso Legal. Tipicidade Não Configurada. Necessidade de Reexame de Provas. Recurso Especial Desprovido <i>Rel^a Min^a Daniela Teixeira</i>	179
4. Superior Tribunal de Justiça – Fixação de Indenização Mínima. Ausência de Indicação do Valor Pretendido na Denúncia que Impede o Exercício do Contraditório e da Ampla Defesa. Recurso Provido para Afastar o Valor Mínimo Indenizatório Fixado nos Termos do Art. 387, IV, do Código de Processo Penal <i>Rel^a Min^a Daniela Teixeira</i>	184
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários	189